



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

www.pmsjorge.pr.gov.br

CNPJ: 76.995.380/0001-03 Tel.: (46) 3534-8050 CEP 85575-000 / São Jorge D'Oeste - Paraná

LEI 885/2019

Institui o Conselho Municipal de Turismo– COMTUR e o Fundo Municipal do Turismo– FUMTUR e dá outras Providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, Gilmar Paixão, Prefeito de São Jorge D'Oeste–PR, sanciono a seguinte,

LEI

CAPÍTULO I - DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 1º. Fica Instituído o Conselho Municipal de Turismo de São Jorge D'Oeste – COMTUR como órgão colegiado vinculado à Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Turismo, destinado a promover e incentivar as ações de Turismo no Município de São Jorge D'Oeste. Parágrafo único. O COMTUR tem como objetivo específico, implementar a Política Municipal de Turismo Responsável, visando criar condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento, em base sustentável, da atividade turística no Município, de forma a garantir a preservação e a proteção do patrimônio natural, cultural, histórico e arquitetônico do município, assim como o bem estar de seus habitantes e turistas. Auxiliar na orientação, promoção e gerência do desenvolvimento do turismo e nas políticas públicas voltadas ao setor no Município São Jorge D'Oeste.

Art. 2º. O Conselho será integrado por pessoas de ilibada conduta social, reconhecido espírito público e interesse no turismo, designados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 3º. O COMTUR é órgão consultivo e de assessoramento à Administração Pública e aos órgãos de representatividade afins ao segmento turístico.

CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA

Art. 4º. O Conselho Municipal de Turismo de São Jorge D'Oeste–COMTUR compor-se-á de membros representativos da comunidade, com vínculo e interesse no desenvolvimento turístico do Município.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Turismo de São Jorge D'Oeste–COMTUR será formado pelos membros que seguem para o desenvolvimento do Turismo: I–Membros do Poder Executivo Municipal:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Turismo;

b) 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Secretaria de Obras, Infra Estrutura Rural e Serviços Urbanos

II–Da Sociedade Civil:

a) 01 (um) representante dos Meios de Hospedagem;

- b) 01(um) representante da CAJOR;
- c) 01 (um) representante da ACESJO;
- d) 01 (um) representante da EMATER;
- e) 01 (um) representante da Segurança Pública.

§ 1º. Todos os Conselheiros Titulares do COMTUR terão suplentes que deverão pertencer ao mesmo órgão público, sociedade civil ou segmento da iniciativa privada e que substituirão aqueles em suas ausências ou impedimentos.

§ 2º. Os membros titulares e suplentes do Conselho relacionados no item I, serão indicados pelo Prefeito Municipal.

§ 3º. Os membros titulares e suplentes do Conselho relacionados no item II, serão indicados pela instituição da qual fazem parte, que indicará também os suplentes que deverão pertencer ao mesmo órgão que os titulares.

§ 4º. O mandato dos conselheiros será de 03 (três) anos contados da publicação do Decreto que nomear os mesmos.

Art. 6º. O COMTUR fica assim organizado:

- I – Plenário;
- II – Diretoria;
- III – Comissões

Parágrafo 1º. A Diretoria do COMTUR será constituída por um Presidente, um VicePresidente e um secretário.

Parágrafo 2º. O mandato da Diretoria será de 03 (três) anos, permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

Parágrafo 3º. A primeira Diretoria deverá ser eleita pelos Conselheiros, em até 30 (trinta) dias da publicação desta Lei;

Parágrafo 4º. As demais Diretorias serão eleitas, na última reunião ordinária de cada exercício.

Parágrafo 5º. O detalhamento da organização do COMTUR será objeto do respectivo Regimento Interno, a ser elaborado por seus conselheiros, com aprovação de no mínimo 2/3 dos mesmos, devendo o mesmo, ser editado através de Resolução.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS E DA PERDA DO MANDATO

Art. 7º. Ao COMTUR como órgão colegiado de caráter deliberativo e permanente, ressalvadas as competências dos demais órgãos públicos e conselhos municipais cabem as seguintes atribuições:

I–emitir parecer, quando solicitado sobre os processos, projetos ou planos de desenvolvimento de turismo elaborados por entes públicos e/ou privados;

II–organizar e promover amplos debates sobre a profissionalização do turismo e a sua relevância como fonte de divisas para todo o Município;

III–elaborar e organizar o seu Regimento Interno;

IV–auxiliar na coordenação para incentivo e promoção do turismo no Município, melhorando e ampliando a infra-estrutura turística e qualificando os atrativos turísticos;

V–contribuir para a promoção de campanhas de conscientização da comunidade voltadas à atividade turística;

VI–desenvolver programas e projetos de interesse turístico, visando incrementar o fluxo de turistas ao Município, respeitada sua capacidade receptiva, assim como seus patrimônios ambiental e cultural;

VII–estudar e propor medidas de difusão e fomento ao turismo no Município, em colaboração com os órgãos e entidades especializadas;

VIII–colaborar na elaboração e divulgação de calendário de eventos do Município.

IX–programar e executar debates sobre os temas de interesse turístico para a cidade e região;

X–diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico bem como orientar sua melhor divulgação;

XI–formular as diretrizes básicas, que serão observadas na política municipal de turismo;

XII–manter intercâmbio com as diversas entidades de turismo do município ou fora dele, oficiais e privadas;

XIII–propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessárias ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo;

XIV–estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infra-estrutura adequada à implantação do turismo;

XV–promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo e apoiar a Prefeitura na realização de feiras, congressos, seminários, eventos e outros de relevância para o turismo;

XVI–propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo no Município e emitir parecer relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da indústria turística;

XVII–formar grupos de trabalhos para as atividades específicas;

XVIII–eleger sua Diretoria;

XIX–apoiar e colaborar de todas as formas com a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado nos assuntos pertinentes ao turismo.

Art. 8º. Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Turismo:

I–representar o Conselho em toda e qualquer circunstância;

II–organizar a ordem do dia das reuniões ordinárias e solicitar ao Secretário que envie a pauta aos membros, no prazo mínimo de 03 (três) dias de antecedência;

III–convocar as reuniões extraordinárias, dando ciência a seus membros com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, por contato telefônico, por correspondência oficial, correio eletrônico ou pessoalmente;

IV–coordenar as atividades do Conselho;

V–cumprir as determinações do Regimento Interno;

VI–propor ao Conselho as reformas do Regimento Interno;

VII–cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho;

VIII–responsabilizar-se pela publicação do balanço com os atos do Conselho e dos recursos utilizados;

IX–adotar as providências necessárias ao acompanhamento, pelo Conselho, da execução dos projetos e propostas de interesse turístico do Município;

X–convidar pessoas de áreas de interesse turístico para participar das reuniões, com direito a voz e não a voto, com o objetivo de colaborar com o Conselho;

XI–garantir ampla publicidade aos atos do Conselho, fortalecendo-o como fórum democrático e com o devido controle social;

XII–determinar a verificação de presença de seus membros, através das atas redigidas pelo Secretário;

XIII–conduzir a plenária para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

XIV–colocar matéria em discussão e votação em não havendo consenso;

XV–decidir sobre questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho, quando omissos o Regimento;

XVI–propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

XVII–mandar anotar os precedentes regimentais, para solução de casos análogos;

XVIII–estabelecer relação para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;

XIX–conferir os livros e documentos destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;

XX–encaminhar o destino do expediente lido nas sessões;

XXI–agir em nome do Conselho, ou delegar representação aos membros, para manter os contatos com as autoridades e órgãos afins;

XXII–propor para o plenário, formação para discussão e análise de câmaras técnicas específicas e temporárias, em virtude da complexidade do tema, ou do tempo requerido para a análise

da proposta, de forma que a pauta do Conselho não fique obstruída;

XXIII—após análise e parecer da câmara técnica que deve ter no mínimo 04 (quatro) membros e no máximo 06 (seis) membros, garantida a paridade, fazer retornar ao plenário para decisão sobre o encaminhamento sempre que necessário. Parágrafo único. Compete ao Vice-Presidente do COMTUR: substituir, auxiliar e representar o Presidente, quando necessário.

Art. 9º. Compete ao Secretário;

I—assessorar a coordenação na elaboração das pautas das reuniões e nas matérias técnicas;

II—secretariar as reuniões do Conselho e das Câmaras Técnicas;

III—redigir as atas das reuniões que serão aprovadas na reunião seguinte;

IV—receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrar e tomar as providências necessárias;

V—responsabilizar-se pelos livros, atas e outros documentos do Conselho.

CAPÍTULO IV - DOS PROCEDIMENTOS E DAS REUNIÕES DO CONSELHO

Art. 10. O Conselho Municipal de Turismo de São Jorge D'Oeste—COMTUR reunir-se-á ordinariamente pelo menos 01 (uma) vez a cada 02 (dois) meses, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou mediante solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros titulares.

Art. 11. As reuniões serão conduzidas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente, conforme decidirem entre si, e na ausência de ambos pelo Secretário Executivo. Parágrafo único. As decisões do Conselho serão tomadas pelos presentes na reunião, que tenha quórum mínimo de maioria absoluta, entendida como 50% (cinquenta) por cento, acrescido do 1º (primeiro) número inteiro na 1ª (primeira) convocação dos membros do COMTUR 15 (quinze) minutos, após não havendo quórum, será decidido por maioria simples.

Art. 12. O COMTUR considerar-se-á constituído, quando empossado os seus membros, que deverão permanecer no cargo até última sessão do “ano par” devendo a reunião de escolha dos conselheiros ser realizada no mesmo dia. O Presidente do Conselho formará a Comissão responsável que participará da indicação dos membros da Sociedade Civil.

CAPÍTULO V - DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 13. Fica criado o Fundo Municipal de Turismo—FUMTUR, vinculado ao Conselho Municipal de Turismo, ao qual cabe a função de geri-lo, bem como deliberar acerca dos critérios de utilização de suas receitas, consoante as políticas de atendimento ao Turismo.

§ 1º. O FUMTUR é contabilmente administrado pelo Poder Executivo Municipal, que, por Decreto Municipal, deverá designar um gestor e um tesoureiro, dentre os servidores do município.

§ 2º. Os servidores designados, que atuarão como gestores e/ou ordenadores de despesas do Fundo Municipal de Turismo, autoridade de cujos atos resultará emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

§ 3º. Os servidores designados deverão prestar contas da aplicação dos recursos do fundo ao Conselho Municipal de Turismo, estando o fundo sujeito, ainda, ao controle interno e externo, nos termos da legislação vigente.

§ 4º. Fixados os critérios, o Conselho Municipal de Turismo, deliberará quanto a destinação dos recursos comunicando aos servidores designados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da decisão, cabendo à administração adotar as providências para liberação e controle dos recursos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

Art. 14. O FUMTUR deverá ser regulamentado através de Decreto Municipal.

CAPÍTULO VI - DA CONSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO FUMTUR

Art. 15. O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, poderá receber recursos orçamentários destinados pelo Município, pelo Estado e pela União, além de:

I–receitas provenientes de cessão de espaços públicos municipais, para eventos de cunho turístico e de negócios;

II–rendas provenientes da cobrança de ingressos e receitas, promovidas por ações dos gestores do Fundo Municipal de Turismo–FUMTUR;

III–poderá receber dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento do Município, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

IV–doações de pessoas físicas e jurídicas, de organismos governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiras, legados subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

V–contribuições de qualquer natureza, destinadas ao fomento de atividades relacionadas ao turismo, sejam públicas ou privadas;

VI–recursos provenientes de convênios destinados ao fomento de atividades relacionadas ao turismo, celebrado com o Município;

VII–produtos de operações de créditos, realizadas pelo Município, observadas a legislação pertinente e destinadas a este fim específico;

VIII–rendas provenientes da aplicação financeira de seus recursos disponíveis, no mercado de capitais;

IX–outras rendas eventuais. Parágrafo único. Os recursos descritos neste artigo serão depositados em conta especial a ser aberta e mantida em Instituição Financeira Oficial, sob a denominação de “Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR.”

Art. 16. As receitas do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, deverão ser processadas de acordo com a Legislação vigente, sendo utilizadas em programas e projetos exclusivamente voltadas ao turismo, a ser desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Turismo e o Conselho Municipal de Turismo –

COMTUR. CAPÍTULO VII - DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO–FUMTUR

Art. 17. Os recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR serão exclusivamente aplicados em:

I–pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas, de direito público privado, para execução de programas, projetos específicos do setor de Turismo;

II–aquisição de material permanente, de consumo, e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas e projetos diretamente ligados ao turismo;

III–financiar total ou parcialmente, programas e projetos de turismo, através de convênios;

IV–desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de turismo;

V–aplicação de recursos em quaisquer projetos turísticos e de eventos de iniciativa da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Turismo e do Conselho Municipal de Turismo de São Jorge D’Oeste – COMTUR, que desenvolvam a atividade turística, no Município de São Jorge D’Oeste. Parágrafo único. A aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, para quaisquer finalidades, fica condicionada ao comprovado atendimento do disposto no artigo 17 desta Lei.

Art. 18. Obedecida à Legislação em vigor, quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades estabelecidas nesta Lei, os recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR deverão ser aplicados no mercado de capitais, cujos resultados a ele reverterão.

Art. 19. Na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, observará: I–as especificações definidas em orçamento próprio; II–os planos de aplicação e respectivos demonstrativos de recursos, por origem, observada a Legislação orçamentária. Parágrafo único. O orçamento e os planos de aplicação do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, observarão rigorosamente as diretrizes traçadas pelo Conselho Municipal de Turismo em parceria com a Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Turismo.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. A organização funcional e o detalhamento da competência do Conselho Municipal de Turismo serão definidos no Regimento Interno, elaborado e aprovado pelo Conselho no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de publicação desta Lei.

Art. 21. Deverá o Conselho realizar anualmente, ou a qualquer tempo por solicitação do Poder Executivo ou de outros órgãos da sociedade, a prestação de contas do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, criado por esta Lei, após efetuar a publicação da mesma e ainda:

I–auxiliar na promoção de campanhas positivas ao setor local, integrando os diversos setores da cidade para incentivar na população, a cultura para o turismo;

II–auxiliar na captação de recursos de outros órgãos e esferas administrativas para o setor;

III–zelar e propor a elaboração de legislação que propicie o incremento da atividade turística no Município.

Art. 22. O Poder Executivo nomeará por ato próprio o Conselho Municipal de Turismo.

Art. 23. O mandato dos membros do Conselho Municipal será de 03 (três) anos, permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

Art. 24. As funções dos membros do Conselho Municipal de Turismo, serão consideradas de relevante interesse público e exercidas sem ônus para o município.

Art. 25. As despesas decorrentes da execução da presente Lei, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 26. Revoga-se disposições ao contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste – Pr., aos vinte e três dias mês de Maio do ano de dois mil e dezenove (2.019), 56º ano de emancipação.

Gilmar Paixão
Prefeito

